



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
GAB. DES. ABRAHAM LINCOLN DA CUNHA RAMOS

A C O R D ã O

APELAÇÃO CÍVEL nº 0000441-50.2016.815.0511

ORIGEM : Vara Única da Comarca de Pirpirituba

RELATOR : Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos

APELANTE : Delenice Alexandre de Brito e Silva

ADVOGADO : Tatiana Cardoso de S.Sena Rodrigues – OAB/PB Nº 13.867-B

APELADO : Banco Bradescard

ADVOGADO : Francisco Adailson Cassimiro de Sousa – OAB/PB Nº 15.459

: Francisco Pereira Sarmento Gadelha – OAB/PB Nº 9.452

: Walcilene Moraes da Silva Almeida – OAB/PB Nº 23.828

CONSUMIDOR – Apelação Cível – Ação de repetição do indébito c/c indenização por danos morais – Cartão de crédito – Fatura – Cobrança indevida – Sentença que fixou indenização por danos morais – Pedido de majoração – Impossibilidade – Ausência de negativação – Dano moral – Inocorrência – Mero aborrecimento Proibição da *“reformatio in pejus”* – Art. 492, caput, do NCPC – Desprovisionamento do recurso.

- Meros aborrecimentos e incômodos não são capazes de gerar indenização por dano moral, quando efetuadas cobranças acerca de dívida quitada, por meio de envio de faturas, sem que houvesse qualquer comprovação de meios vexatórios nessa cobrança, tampouco tendo experimentado a apelante fundada agressão ao seu patrimônio intelectual.

- *“Art. 492. É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.”*

V I S T O S, relatados e discutidos estes autos acima identificados:

A C O R D A M, em Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça, por votação uníssona, negar provimento à apelação cível, nos termos do voto do Relator e da súmula de julgamento de folha retro.

R E L A T Ó R I O

Trata-se de apelação cível interposta por **DELENICE ALEXANDRE DE BRITO E SILVA** em face de **BANCO BRADESCARD** irresignada com a sentença (fls.37/38) que, nos autos da ação de repetição do indébito c/c indenização por danos morais, julgou parcialmente procedentes os pedidos por ela deduzidos na petição inicial, declarando inexistente a cobrança do valor de R\$ 248,76 (duzentos e quarenta e oito reais e setenta e seis centavos) referente à cobrança de fatura anteriormente paga e, condenar o réu à indenização de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) em favor do promovente. Condenou, outrossim, o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 20% (quinze por cento) o valor da condenação, por ter decaído de parte mínima do pedido.

Nas razões do apelo (fls.40/46), a autora devolve a matéria à instância superior pra requerer a majoração da indenização por danos morais fixada em sentença.

Contrarrazões às fls.64/66.

Instada a se pronunciar, a Procuradoria de Justiça apresentou parecer (fls.73/76), sem, contudo, manifestar-se sobre o mérito da apelação cível.

Eis o relatório.

V O T O

No caso em questão, a parte autora apelou da r. sentença, por entender ser cabível a majoração da indenização por danos morais.

Como é cediço, a tese da irreparabilidade dos danos morais encontra-se completamente superada, tendo o legislador

constitucional previsto a possibilidade de sua indenização, sempre que violados direitos subjetivos de outrem. Veja-se:

Art. 5º. Omissis

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

(...)

X – São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

De igual forma, o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90) em seu art. 6º, incisos VI e VII, prevê a possibilidade de reparação dos danos materiais e morais sofridos pela vítima. Observe-se:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

(...)

VI a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos

VII o acesso aos órgãos judiciários e administrativos, com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção jurídica, administrativa e técnica aos necessitados

Mais recentemente, o Código Civil (Lei nº. 10.406/2002) também reconheceu a possibilidade de ressarcimento da vítima por danos morais e materiais sofridos. Confira-se:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

De regra, o dano moral se configura pela dor, sofrimento, angústia, humilhação experimentados pela vítima. Desse modo, entendem a doutrina e a jurisprudência brasileira que seria absurdo, até mesmo, impossível se exigir do lesado a prova do seu sofrimento. Por essa razão, tem-se entendido que o **dano moral ocorre “in re ipsa”**, ou seja, decorre da própria conduta ofensiva do agressor.

Nessa mesma esteira de raciocínio, o eminente Desembargador e catedrático fluminense SÉRGIO CAVALIERI FILHO¹ leciona:

"(...) por se tratar de algo imaterial ou ideal a prova do dano não pode ser feita através dos mesmos meios utilizados para a comprovação do dano material. Seria uma

1 in Programa de Responsabilidade Civil, 6 ed., Malheiros, 2005, p. 108.

demasia, algo ate impossível, exigir que a vítima comprove a dor, a tristeza ou a humilhação através de depoimentos, documentos ou perícia; não teria ela como demonstrar o descrédito, o repúdio ou o desprestígio através dos meios probatórios tradicionais, o que acabaria por ensejar o retorno à fase da irreparabilidade do dano moral em razão de fatores instrumentais.

Neste ponto a razão se coloca ao lado daqueles que entendem que o **dano moral está insito na própria ofensa**, decorre da gravidade do ilícito em si. (...) Em outras palavras, o dano moral existe in re ipsa; deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, **provada a ofensa, ipso facto está demonstrado o dano moral**, à guisa de uma presunção natural." (sem grifos no original).

Na hipótese dos autos, a parte autora, ora apelante alegou que sofreu dano moral, tendo em vista a conduta ilícita da instituição recorrida quando ofereceu uma má prestação do serviço, sendo desonesta com o consumidor quando realizou cobrança indevida de valor devidamente pago em fatura anterior do cartão de crédito.

No entanto, não é toda e qualquer situação de desagrado que faz surgir, no mundo jurídico, o direito à reparação pelo dano moral. Meros aborrecimentos e incômodos não são capazes de gerar indenização por dano moral, principalmente, no caso em questão, em que não restou provado o efetivo dano supostamente suportado, haja vista ter o banco efetuado meras cobranças de dívida quitada, todavia não efetuou qualquer restrição em nome da autora.

Nesse sentido, já decidiu a Jurisprudência

Pátria. Veja-se:

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL - APELAÇÃO - AÇÃO INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - COBRANÇA DE DÉBITO DE CARTÃO DE CRÉDITO - SIMPLES ABORRECIMENTOS E MERA COBRANÇA - DANO MORAL - NÃO CARACTERIZAÇÃO - RECURSO NÃO PROVIDO. - A mera cobrança excessiva por débito já pago, que não ensejou em negativação ou protesto do nome do autor, não enseja dano moral. - A simples cobrança de dívida não é suficiente para infligir à parte, angústia ou sofrimento capaz de justificar a indenização por danos morais. - Meros aborrecimentos não ensejam dano moral indenizável. - Recurso conhecido e não provido. (TJ-MG - AC: 10145120268282001 MG, Relator: Márcia De Paoli Albino, Data de Julgamento: 17/01/2013, Câmaras Cíveis Isoladas / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 29/01/2013)(Grifei)

E:

AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. INEXIS-

TÊNcia DE NEGATIVAÇÃO. COBRANÇA ADMINISTRATIVA. MERO ABORRECIMENTO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA PARA AFASTAR A PRETENSÃO AOS DANOS MORAIS. DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. Cobrança administrativa. Não ocorrência de negativação. Inexistência de ato ilícito. Dano imaterial não configurado. Hipótese de mero aborrecimento. Sentença devidamente fundamentada. Motivação do decisório adotado como fundamentação do julgamento em segundo grau. Inteligência do art. 252 do RITJ. Recurso não provido. (TJ-SP - APL: 00241664220138260196 SP 0024166-42.2013.8.26.0196, Relator: Edson Luiz de Queiroz, Data de Julgamento: 17/09/2014, 5ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 20/09/2014)(Destaquei)

Ainda:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - EMISSÃO DE CARTÃO DIGITAL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - COBRANÇA DE VALORES INDEVIDOS - DÉBITO NÃO INSCRITO EM CADASTROS DE ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - MERO DISABOR INERENTE AO COTIDIANO DA VIDA MODERNA EM SOCIEDADE - INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL CORRETAMENTE NEGADA PELA SENTENÇA, ORA CONFIRMADA. - Recurso desprovido. (TJ-SP - APL: 00264032920128260602 SP 0026403-29.2012.8.26.0602, Relator: Edgard Rosa, Data de Julgamento: 12/03/2015, 25ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 13/03/2015)(Negritei)

Egrégia Corte Superior:

Na mesma senda, perfilhou entendimento a

*ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. DECISÃO AGRAVADA NÃO-ATACADA. ENUNCIADO 182 DA SÚMULA/STJ. ABORRECIMENTOS. NÃO INDENIZÁVEIS. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. ENUNCIADO 7 DA SÚMULA/STJ. 1. (...) 2. **A fortiori, o entendimento firmado desta Corte é no sentido de que meros aborrecimentos não configuram dano reparável. O Tribunal a quo, soberano na análise do contexto fático-probatório do autos, decidiu que "Nada há que demonstre ter sido vilipendiada sua honra subjetiva. O constrangimento que narra não passou de um aborrecimento, não indenizável."** 3. (...). Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no REsp: 1066533 RJ 2008/0126854-0, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 28/10/2008, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 07/11/2008)(Grifo nosso)*

Outrossim:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - PRELIMINAR DE OFÍCIO: SEN-

TENÇA" "ULTRA PETITA" "- DECOTE DO EXCESSO - COBRANÇA INDEVIDA - DANOS MORAIS - NÃO CONFIGURAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE EFETIVA INSCRIÇÃO - COBRANÇA NÃO VEXATÓRIA - MERO ABORRECIMENTO - RECURSO PROVIDO. Para que se condene alguém ao pagamento de indenização, seja por dano moral, seja pelo de caráter material, é preciso que se configurem os pressupostos ou requisitos da responsabilidade civil, que são o dano, a culpa do agente, em caso de responsabilização subjetiva, e o nexo de causalidade entre a atuação deste e o prejuízo. É indispensável a ocorrência de ofensa a algum dos direitos da personalidade do indivíduo para a caracterização do dano moral. Outrossim, para que fique caracterizado o dano moral, o ato apontado como ofensivo deve ser suficiente para, hipoteticamente, adentrar a esfera jurídica do homem médio e causar-lhe prejuízo. De modo algum pode o julgador ter como referência, para averiguação da ocorrência de dano moral, a pessoa extremamente melindrosa ou aquela de constituição psíquica extremamente tolerante ou insensível. A simples cobrança de valores que a ré entendia como devidos não ensejam danos morais, sobretudo quando não houve qualquer demonstração de que a cobrança tenha sido vexatória ou tenha exposto a primeira requerente a qualquer dano extrapatrimonial. É de bom alvitre destacar que, no caso dos autos, sequer houve a negatificação do nome da requerente ou mesmo ameaça de inscrição em cadastros restritivos de crédito". (TJMG. Ap. n.º: 1.0145.08.504559-2/001 (1); CNJ n.º: 5045592-20.2008.8.13.0145; Juiz de Fora; 17ª C. Cível do TJMG; Rel.: Eduardo Mariné Da Cunha; J: 28/05/2010; DJ: 18/06/2010)(Destaquei)

Por fim:

RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. *A mera contrariedade ou aborrecimento cotidiano não dão ensejo ao dano moral. Recurso especial não conhecido.* (STJ - REsp: 592776 PB 2003/0164995-7, Relator: Ministro CESAR ASFOR ROCHA, Data de Julgamento: 28/09/2004, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 22.11.2004 p. 359) – Destaquei.

Infere-se, portanto, não é qualquer dissabor da vida cotidiana que pode ser considerado dano moral. Os aborrecimentos, percalços, frustrações e vicissitudes que fazem parte e estão impregnados nas contingências próprias da vida em sociedade não geram, em regra, o dever de indenizar, ainda que tenham impregnado no atingido (suposto prejudicado) certa dose de amargura.

Na hipótese dos autos, dos dissabores experimentados em vista da cobrança de valor já pago referente à fatura anterior de cartão pela instituição financeira apelada, nos moldes afirmados pela autora, não há como resultar qualquer ilicitude, restando, portanto, descaracteriza-

da a obrigação de indenizar, por inexistência dos elementos ensejadores da reparação por danos morais.

Todavia, em razão do princípio da proibição da *“reformatio in pejus”*, previsto no art.492, caput, do NCPC², pelo qual não se pode causar prejuízo ao apelante maior que aquele suportado na sentença, a indenização por danos morais fixada em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) deverá ser mantida, nos termos já proferidos em primeiro grau, porém com a fundamentação supra.

Pelo exposto, **NEGA-SE PROVIMENTO** à apelação.

É o voto.

Presidiu a sessão o Exmo. Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho. Participaram do julgamento, o Exmo. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos, o Exmo. Des. Luís Silvio Ramalho Júnior e o Exmo. Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho.

Presente ao julgamento, a Exma. Dra. Lúcia de Fátima Maia de Farias, Procuradora de Justiça.

Sala de Sessões da Segunda Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, João Pessoa, 17 de outubro de 2017.

Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos
Relator

² Art. 492. É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.